INTERCÂMBIO CULTURAL: UMA VIVÊNCIA ENTRE COLÉGIOS PÚBLICOS DE ENSINO REGULAR E INDÍGENA

Kelyn Siuch Kukla[1]

RESUMO

A troca de experiências entre os estudantes por meio do uso das tecnologias é um valioso aprendizado mútuo. Essa interação permite que os alunos explorem diferentes perspectivas,fortalecendo a valorização da diversidade e a construção de um mundo mais inclusivo. Visando promover um mergulho profundo na cultura indígena através dos recursos tecnológicos presentes na escola pública, como o computador e a internet, este projeto visou proporcionar aos estudantes uma experiência de aprendizado enriquecedora através do curso de informática básica com atividades relacionadas à temática indígena, oportunizando a vivência de tradições, práticas e saberes ancestrais, promovendo uma maior compreensão a respeito da diversidade cultural do nosso país. Os estudantes da escola indígena tiveram a oportunidade de transmitir seus saberes para além da sua comunidade e conhecer a realidade dos alunos do ensino regular. Com base descritiva e qualitativa, a metodologia deste trabalho destaca-se pela abordagem social e comportamental com foco na interação cultural dos estudantes, apreendida através do curso de informática básica no laboratório dos colégios, onde todo o planejamento das aulas se deu através da temática dos povos indígenas do Paraná. A pesquisa de campo, realizada na comunidade indígena entre os estudantes das duas escolas a partir da visita realizada na aldeia Kaingang, contribuiu para que o intercâmbio cultural promovido entre os colégios obtivesse um resultado positivo quanto ao ensino de informática básica e da educação para as relações étnico-raciais, culminando com a interação presencial, onde os alunos compartilharam conhecimentos tradicionais, acadêmicos e tecnológicos, enriquecendo o processo de aprendizagem mutuamente.

Palavras-chave: Cultura; Educação; Indígena; Intercâmbio; Kaingang; Tecnologia.

1 INTRODUÇÃO

A troca realizada entre as culturas é a base para uma educação intercultural e multidisciplinar efetiva. Promover, a partir da educação, um espaço de troca, escuta e compartilhamento de saberes é fundamental para que os conhecimentos aconteçam de forma genuína e igualitária, fortalecendo o respeito entre as comunidades indígenas e a sociedade na totalidade.

O conhecimento cultural acerca dos povos originários carece de um trabalho no âmbito escolar do ensino regular; sabe-se que é na escola que os indivíduos adquirem conhecimento significativo e/ou desconstroem ideias preconcebidas acerca dos mais variados temas. Partindo desta visão, compreende-se a necessidade de um trabalho educacional voltado para as questões dos povos originários, rompendo-se com o padrão

[1] Pedagoga pela FAFIUV e Agente Educacional II na Secretaria de Estado da Educação do Paraná. E-mail: kelyn.kukla@escola.pr.gov.br

imposto historicamente em se tratando das atividades comumente realizadas no âmbito escolar que se resumem ao equivocado “dia do índio”. Sendo assim, destaca-se a importância de se tratar no espaço educacional das temáticas referentes à educação étnico-racial, visando a valorização e o reconhecimento da cultura dos povos originários do nosso país.

O intercâmbio cultural promovido através da educação gera impactos positivos não apenas para os estudantes indígenas, mas principalmente para os demais indivíduos da sociedade. O respeito à diversidade cultural, a valorização dos saberes tradicionais e a promoção do diálogo intercultural contribuem para uma convivência mais justa, inclusiva e harmoniosa.

A tecnologia desempenha um papel fundamental no fortalecimento das trocas entre a educação indígena e a educação regular. Ela pode ser utilizada para criar materiais contextualizados, promover maior conexão entre estudantes em diversas comunidades de diferentes lugares e ampliar o acesso ao conhecimento, respeitando as especificidades culturais indígenas. Embora a tecnologia na educação possa trazer muitos benefícios, ela também apresenta desafios. É importante equilibrar o uso de tecnologia com outras formas de aprendizado para garantir uma educação completa e eficaz.

A educação intercultural enfrenta desafios únicos, mas também oferece inúmeras oportunidades. Ao superar barreiras culturais e pedagógicas, construímos um mundo mais inclusivo, empático e capaz de valorizar a diversidade como um diferencial para o desenvolvimento humano.

O projeto “informática básica e intercâmbio cultural” surge da ideia de tornar o laboratório de informática de um colégio estadual da rede pública de ensino do município de União da Vitória, Paraná, um espaço de aprendizado e conhecimento para além dos conteúdos acadêmicos presentes no dia a dia. No início do ano letivo de 2019, após algumas pesquisas visando desenvolver aulas de informática básica para os estudantes deste colégio, oportunizou-se participar da Equipe Multidisciplinar do mesmo, que desempenha um trabalho acerca das relações étnico-raciais no âmbito escolar, e, com isso, a responsabilidade de desenvolver uma atividade que contribuísse para o conhecimento e a valorização cultural dos povos indígenas do Paraná, visto a necessidade de ampliar o conhecimento acerca do referido tema entre os estudantes. Diante da escassez de trabalhos focados no uso das tecnologias na escola e os desafios

que os alunos enfrentam quando da necessidade de utilizar o computador em aulas no laboratório de informática, a ideia de unificar o projeto de informática básica ao estudo étnico-racial tornou-se pertinente nesta perspectiva educacional. A partir desse ponto de vista, elaborou-se e executou-se o projeto, realizando-se um intercâmbio e troca cultural a partir dos recursos tecnológicos presentes na escola pública.

Constatou-se, mediante pesquisas na internet, que a terra indígena da comunidade Kaingang do município de Palmas, Paraná, seria a aldeia mais próxima da cidade de União da Vitória. Após contato, os educadores, então, firmaram parceria para desenvolver o referido projeto em sincronia. Primeiramente, com aulas de caráter introdutório à informática e noções básicas, apresentou-se primeiramente o espaço físico do laboratório de informática aos alunos, a fim de que os mesmos conhecessem os equipamentos disponíveis e que seriam as ferramentas de trabalho disponíveis, como os computadores, tablets, netbooks e impressoras; as aulas iniciaram focando nas diversas maneiras de usar o computador como recurso de apoio ao aprendizado a partir de ferramentas básicas gratuitas disponíveis no Linux como o LibreOffice, Ferramentas do Google, pesquisas na internet e Canva.com. Através do método qualitativo, buscou-se ensinar aos estudantes sobre sites confiáveis e desenvolvimento de trabalhos de digitação, além de criação de apresentações, utilizando-se como única temática para a execução dos trabalhos as comunidades indígenas do Paraná.

No decorrer da aplicação do projeto, as atividades desenvolvidas visaram a troca de correspondência eletrônica entre os estudantes das duas instituições de ensino para promover a aquisição de conhecimentos significativos sobre suas culturas e realidades e a interação entre os mesmos, atividade esta desenvolvida através das ferramentas do Google, como email educacional e chat. Encerrou-se este trabalho com a visita presencial à comunidade indígena de Palmas, na qual os alunos interagiram pessoalmente, conhecendo a tribo Kaingang, a estrutura escolar e os estudantes com os quais se corresponderam virtualmente durante o curso de informática, obtendo, desta maneira, saberes significativos acerca da temática étnico-racial proposta pelo projeto.

A partir da análise dos resultados, ressalta-se a importância de se executar atividades práticas aliadas aos recursos tecnológicos sobre a cultura dos povos originários; apesar dos desafios que a tecnologia representa muitas vezes, compreende-se que o modelo educacional tradicional precisa integrar-se com o uso de

novos recursos, visto a realidade tecnológica que se apresenta no mundo atual e no qual a escola está inserida.

2 INTERCÂMBIO CULTURAL: UMA VIVÊNCIA ENTRE COLÉGIOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO REGULAR E INDÍGENA

O ambiente escolar vem se diversificando ao longo dos anos, adaptando-se ao contexto educacional da inclusão e da diversidade. A escola e os educadores atualmente precisam buscar formas diferentes para alcançar os variados grupos de estudantes que estão inseridos neste contexto, evitando a exclusão e a discriminação neste espaço, criando nos estudantes dessa maneira a consciência da diversidade presente na sociedade, na qual ele desempenha e desempenhará futuramente seus papéis enquanto cidadão. Conforme Santos (2008):

> Acredita-se, portanto, ser necessário oferecer subsídios aos professores para auxiliá- los na condução de sua prática pedagógica inclusiva, deste modo, o presente texto tem por objetivo re-significar o pensar e o agir do professor, frente ao processo de ensino e aprendizagem no contexto de uma escola aberta às diferenças, levando-os à prática da ação-reflexão-ação.

Na Terra Indígena de Palmas, estado do Paraná, fica a aldeia Kaingang, com a qual foi realizado o projeto de intercâmbio cultural promovido pelo laboratório de informática do colégio regular de União da Vitória, município do mesmo estado. O curso de informática, instruído pela agente educacional responsável pelo setor de tecnologias da instituição e membro da equipe multidisciplinar da mesma, consistiu em ensinar informática básica, como o uso das tecnologias, das ferramentas do Google e do e-mail institucional para os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental. Após pesquisas e levantamento de dados, construiu-se um material enriquecedor constando de cinco planos de aula, todos voltados para trabalhos acerca da temática indígena do Paraná, com a duração de quatro horas cada, sendo este realizado em contraturno escolar.

Durante o período do projeto, que durou cerca de 5 semanas, os alunos aprenderam nas aulas do curso de informática básica, dentre vários conteúdos, sobre o LibreOffice Writer e Impress, pesquisas na Internet, o uso do Pendrive e realizaram o

primeiro acesso ao e-mail institucional da rede de educação do estado do Paraná, o @escola.pr.gov.br. Todas as atividades desenvolvidas tiveram a temática indígena como ideia central abordada, nas quais os alunos realizavam trabalhos de fixação do conteúdo aprendido na aula a partir de pesquisas sobre os povos indígenas do Paraná.

Desenvolveu-se no decorrer das aulas junto aos alunos o debate acerca da desconstrução da visão que a sociedade em geral tem em relação à cultura indígena, como explica Rojo (2012, p. 15), "No caso brasileiro, em nossas salas de aula, essa mistura de culturas, raças e cores não constitui constatação tão nova, embora passe o tempo todo quase totalmente despercebida ou propositalmente ignorada", sendo este um ponto imprescindível deste projeto, visto que ao término das aulas teóricas e práticas, a programação visava a visita presencial até a comunidade indígena Kaingang de Palmas. Paralelamente, os estudantes da escola indígena tiveram aulas similares de informática no laboratório de sua escola, abordando sobre a interação cultural, conduzidos pela professora de língua portuguesa da aldeia; o curso de informática ocorreu dentro do cronograma planejado e seguindo os planos de aulas, sendo uma das últimas atividades as trocas de e-mail e conversas via chat do Gmail entre os alunos dos colégios regular e indígena.

Para Petersen *et al*. in Bergamashi *et al*. (2012, p. 194), "as pessoas da aldeia, tanto os Kaingang quanto os guarani, gostam de mostrar o seu "modo de ser", porque é uma forma de contribuir para dirimir as incompreensões dos não índios sobre o seu modo de existir". Dessa forma, o encerramento do projeto culminou com a visita presencial dos educadores integrantes da Equipe Multidisciplinar do colégio regular e os alunos do 6º ano que participaram do curso de informática até a escola que fica dentro da aldeia Kaingang, onde toda a experiência até então virtual foi vivenciada durante todo um dia, com música, artesanato, dança, contação de histórias, mostra de livros publicados pelos indígenas da aldeia, dentre tantas outras atividades enriquecedoras para o saber, que certamente garantiram um conhecimento cultural sobre os povos originários significativamente maior do que o adquirido apenas por meio de leitura ou outros meios senão o da vivência.

3 OS DESAFIOS DA OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA ESCOLA

A educação é atualmente a ferramenta social mais eficaz no rompimento dos paradigmas que há muito limitavam a inclusão do diferente dentro do contexto social. Iniciativas educacionais surgem a todo momento visando ampliar a pluralidade no âmbito escolar, entretanto, educadores enfrentam desafios cotidianamente em relação à prática e ensino de temas multidisciplinares. Ao pensar em uma educação de qualidade que aborda amplamente não apenas os conteúdos, mas as diversas questões e temáticas sociais, compreendemos, conforme explana Mantoan (2011, p. 61):

> Em uma palavra, as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos ensina-se os alunos a valorizar a diferença, pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões, competição de forma solidária e participativa. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma.

É imprescindível que as diferenças sejam respeitadas e contempladas no espaço escolar; no Brasil, um país com uma diversidade cultural ímpar, deve-se executar uma educação que contemple as questões étnico-raciais presentes em toda a sociedade, cheia de possibilidades de inclusão e aprendizado neste meio. A Lei n.º 11645, criada em 10 de março de 2008, alterou a LDBEN e estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena, no Ensino Fundamental e Ensino Médio, nas escolas públicas e privadas de todo o país. Em seu parágrafo 1º, a referida Lei explica que os diversos aspectos da história e da cultura africana e indígena, que caracterizam a cultura do Brasil, como as lutas desses povos e suas contribuições nas áreas social, econômica e política, são conteúdos pertinentes e devem compor o ensino.

A obrigatoriedade do ensino desta temática tão importante para a construção do conhecimento da nossa sociedade leva-nos a uma reflexão acerca dos embates que isso provoca dentro do contexto escolar; se por um lado compreendemos que é de suma relevância que sejam trabalhados na educação conteúdos sobre a temática da história afrobrasileira e indígena visando apresentar aos estudantes a base na qual está pautada

toda a história do nosso país, por outro lado, questionamos se existe para os educadores o preparo e a formação necessária para poderem desempenhar essa importante tarefa com maestria, visto que o Brasil é um país plural, porém com graves problemas relacionados ao racismo e ao preconceito. Observa-se que a sociedade em geral tende a subestimar os saberes ancestrais e conhecimentos oriundos dos povos indígenas e africanos, como sendo um saber inferior ao produzido pelos europeus e ocidentais. Conforme Cruz e Salles (2008):

> Se levarmos em consideração a dimensão do domínio tecnológico africano anteriormente apontada podemos reafirmar que os conhecimentos que possuíam não deixavam de ser um capital cultural importante. Este fato pode ser facilmente comprovado, pois no contexto dos Campos Gerais, os africanos/afrodescendentes escravizados e livres eram os pés e as mãos dos fazendeiros.

Observando-se o cotidiano escolar e levando em consideração a educação tecnológica que historicamente trata da produção, sistematização e transmissão dos saberes técnicos e tecnológicos, verifica-se ao longo da história que os indivíduos negros são minoria nestes espaços de destaque, seja como estudantes, professores ou dirigentes. Porém, o número de pessoas negras nas instituições de ensino desempenhando serviços de pouco destaque e menor remuneração dentro destes ambientes é considerável. É importante ressaltar que a redução da capacidade laboral desses povos têm origem escravista, onde foram obrigados a desempenhar trabalhos braçais e de esforço físico, o que pode explicar a ausência de lugares de destaque na sociedade para negros e indígenas, visto o Brasil ter sido o último país abolicionista do mundo e que ainda tem grande resistência a romper com o racismo e o preconceito. Destacamos que:

> Após mais de três séculos criando as riquezas do país, a população negra foi posta à parte do processo produtivo. Cabe aqui reforçar que ao mesmo tempo em que o processo de exclusão era exercido para os negros, os imigrantes receberam políticas de proteção. Como resultado desta ação cresceram os bairros pobres, marginalizou- se o negro, colocando-o na exterioridade da sociedade capitalista que crescia (TOKARSKI *et al*., 2014).

Além da população negra, ressaltamos a não-aceitação por parte da sociedade brasileira de que os povos indígenas passaram nos últimos anos a ocupar os espaços de

direito aos quais devem estar inseridos, como escolas e universidades, nos levando a entender que o estereótipo de que o estilo de vida indígena restringe-se apenas ao seu ambiente original ao qual o mesmo sempre foi associado, precisa ser urgentemente quebrado. Tornar o ensino sobre a cultura afro-brasileira e indígena obrigatório nas escolas visa, acima de tudo, contribuir com o fim desse pensamento enraizado socialmente de que o indígena é um ser isolado, restrito e sem acesso às tecnologias, conforme explica Bergamaschi & Gomes (2012):

> Se os povos indígenas empreendem esforços para concretizar o diálogo intercultural, nos levam a pensar que se a proposta educacional é conviver e efetuar trocas com as sociedades indígenas, a escola terá que fazer um esforço para conhecer esses povos, sua história e sua cultura e, mais especialmente, afirmar uma presença que supere a invisibilidade histórica que se estende até o presente. Apesar da colonização, do genocídio, da exploração, da catequização, da tentativa de assimilar os indígenas à sociedade nacional, estes povos mantiveram-se aqui, resistentes, mesmo que por vezes silenciosos. Se apresentam fortes, num movimento político de afirmação étnica, mostrando que aqui estão e permanecerão. No contato, a todo o momento são postos à prova quanto às suas identidades étnicas, visto que a concepção que predomina nas sociedades não indígenas é de povos do passado, não compreendendo que a dinâmica cultural, que é própria de todas as sociedades, faz com que incorporem alguns elementos da cultura ocidental, o que não significa que deixaram de se identificar como indígenas.

Faz-se urgente que as instituições de ensino, locais estes onde são adquiridos os conhecimentos acerca dos mais diversos temas, sejam espaços que promovam o rompimento com a ideia de que as culturas indígenas são "atrasadas", sendo este um estereótipo que não busca levar em conta a resiliência e os conhecimentos ancestrais desses povos. Complementando-se esta linha de pensamento, citamos ainda Freire (2000) que ressalta que a ideia de que as culturas indígenas são atrasadas e primitivas é equivocada e resquício da época dos colonizadores, pois dentre tantos conhecimentos gerados, os povos indígenas produziram ciência, arte, literatura, poesia, música e religião.

Trabalhar na escola as diferentes origens culturais e raciais cria um ambiente de convivência que, naturalmente, expõe os estudantes a diversas perspectivas. Esse contato direto ajuda a desconstruir padrões e preconceitos. A importância da escola para as quebras de barreiras que existem em relação à diversidade é imprescindível e

denota-se claramente quando Souza (2008, p. 42) cita que:

> A escola é uma das territorialidades onde ocorre parte do desenvolvimento humano, território onde o educar corresponde a ações de criar e recriar mundos e possibilidades, local onde a principal possibilidade se faz na constituição do indivíduo enquanto parte do coletivo. É o conhecer que possibilita a troca, o afeto, o amor e a disponibilidade para o outro.

Neste cenário cheio de dúvidas e equívocos sobre a implementação da Lei n.º 11645, o estado do Paraná desenvolveu junto aos debates com os movimentos sociais e sindicais estratégias e objetivos para possibilitar que o ensino da cultura afro-brasileira e indígena fosse inserido dentro do contexto educacional do estado, indo de encontro com o que a Lei previa e com o que os educadores precisavam para desenvolver trabalhos efetivos dentro desta temática.

Através da implantação das equipes multidisciplinares na educação do estado do Paraná, ampliou-se o diálogo acerca da referida temática no espaço escolar, democratizando a informação e ampliando o debate eficaz sobre a cultura brasileira referente à educação das relações étnico-raciais e ao ensino de cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. Segundo a Agência Estadual de Notícias (2023):

> A rede estadual de ensino do Paraná conta com 39 escolas indígenas, inseridas em suas terras e culturas, contemplando mais de 5 mil estudantes. Essas instituições de ensino têm normas, pedagogia e funcionamento próprios, respeitando a especificidade étnico-cultural de cada povo. Os estudantes têm direito a ensino intercultural e bilíngue (com aulas da língua indígena materna e de português) desde a educação infantil até o ensino médio, tendo em vista ser a língua indígena responsável pela veiculação e valorização da cultura.

Como podemos perceber, a educação escolar indígena no Paraná alcançou avanços nos últimos anos. Mundukuru (2012, p. 222) afirma que "Talvez a maior contribuição que o Movimento Indígena ofereceu à sociedade brasileira foi o de revelar – e, portanto, denunciar – a existência da diversidade cultural e linguística"; sendo que atualmente as escolas dispõem em sua grande maioria de diversos recursos ligados à tecnologia, o que vem sendo um fator positivo de repercussão da cultura indígena para além do seu espaço de origem, apesar dos desafios que a tecnologia apresenta e que ainda existem em relação ao preconceito racial na sociedade, torna-se mais acessível a

busca por trabalhos em conjunto entre escolas de realidades diversas, sendo o intercâmbio cultural uma ferramenta eficaz de trabalho da temática indígena viabilizada dessa forma a promoção da diversidade cultural, temática de suma relevância na sociedade.

4 DIÁLOGOS ENTRE ALUNOS DE CULTURAS DIFERENTES ATRAVÉS DO COMPUTADOR: USO DAS TECNOLOGIAS E TROCA DE SABERES

Assim como antigamente eram utilizadas as cartas, as trocas de mensagens via internet atualmente precisam ser implementadas em sala de aula, não apenas analisando as suas características ou fazendo a leitura, mas estimulando os alunos através da escrita. Palfrey e Gasser (2011, p. 269) explicam que:

> Aprender é muito diferente para os jovens de hoje do que era 30 anos atrás. A *internet* está mudando a maneira com que as crianças coletam e processam informações em todos os aspectos de suas vidas. Para os Nativos Digitais, "pesquisa", muito provavelmente, significa uma busca no *Google* mais do que uma ida até a biblioteca. É mais provável que eles chequem as coisas com a comunidade *Wikipédia* ou recorra a um amigo *online* antes de pedir peçam ajuda a um bibliotecário de referência. Eles raramente, se é que alguma vez, compram o jornal em papel; em vez disso, surfam por enormes quantidades de notícias e outras informações *online.*

Através da interação entre alunos de culturas diferentes, é possível valorizar os saberes ancestrais presentes no nosso país. Essa troca de experiências permite conhecer diferentes tradições, costumes e modos de vida. É uma oportunidade de ampliar horizontes e enriquecer nossa visão de mundo. Para Mundukuru (2012, p. 67):

> Parte do conhecimento desenvolvido pelos povos indígenas ao longo de sua trajetória histórica tem a ver com a transmissão através das narrativas orais. Assim, cada indivíduo vai formando em si uma memória num processo que conhecemos como educação.

O intercâmbio cultural viabilizado por recursos tecnológicos entre estudantes da educação regular e da educação indígena fortalece a aprendizagem coletiva; é um espaço para compartilhar conhecimentos e saberes únicos, provenientes de diferentes realidades sociais que contribui para uma formação mais completa e enriquece a

experiência educacional de todos os envolvidos. Através deste trabalho, se combatem estereótipos e preconceitos presentes na sociedade. Ao interagir e conhecer melhor a cultura indígena, é possível desmistificar visões distorcidas e fortalecer o respeito e a valorização das diferentes culturas presentes em nosso país.

Os diálogos interculturais entre alunos desempenham um papel fundamental na valorização da identidade cultural indígena e no fortalecimento da diversidade nas escolas. É essencial exaltar espaços de diálogo que permitam a troca de conhecimentos e a construção de relações harmoniosas e respeitosas. Conforme Lopes (2012), "você pode até pensar que os alunos conhecem o mundo tecnológico mais que você e que ao apresentar o e-mail vai chover no molhado. Considere, porém, que nem sempre eles usam essa ferramenta da maneira mais adequada". Verificamos a partir dessa perspectiva que é importante ensinar sobre o uso das tecnologias de modo reflexivo e responsável para os estudantes, a fim de que estes tenham consciência de que o mau uso pode trazer consequências sérias, assim como seu bom uso pode facilitar muito a vida das pessoas e aproximá-las.

Krenak (2019, p. 43) ressalta com muita sabedoria acerca das reflexões sobre o uso das tecnologias quando cita que:

> Em diferentes lugares do mundo, nos afastamos de uma maneira tão radical dos lugares de origem que o trânsito dos povos já nem é percebido. Atravessamos continentes como se estivéssemos indo ali ao lado. Se é certo que o desenvolvimento de tecnologias eficazes nos permite viajar de um lugar para outro, que as comodidades tornaram fácil a nossa movimentação pelo planeta, também é certo que essas facilidades são acompanhadas por uma perda de sentido dos nossos deslocamentos.

Visto que a escola, na maioria das vezes, dispõe de espaço físico e equipamentos, no entanto, não há um tempo hábil durante o período regular de aulas para desenvolver com os estudantes de forma mais detalhada o uso das tecnologias, o desafio de repensar este espaço dentro da escola se faz presente. Sendo assim, o trabalho multidisciplinar oferecido em contra turno como apoio à aprendizagem pode gerar resultados bastante significativos.

É interessante considerar também que explorar as tecnologias na escola é uma boa oportunidade para estabelecer uma parceria entre os professores, estudantes e os profissionais do laboratório de informática. Desta forma, o projeto informática básica e

intercâmbio cultural buscou tornar este um espaço de aprendizado e conhecimento para os estudantes, promovendo a cultura afro-brasileira e indígena através do uso dos recursos tecnológicos disponíveis no ambiente escolar, possibilitando também aos estudantes da escola regular a visita presencial à escola indígena, a fim de vivenciar o dia a dia de uma aldeia Kaingang, conhecendo sua cultura e realizando a troca de vivências com os estudantes indígenas.

O uso do e-mail como forma de comunicação e interação entre os estudantes apresenta diversas possibilidades; os diálogos proporcionam uma perspectiva ampliada do mundo, enriquecendo o processo educativo. Ao valorizar as culturas indígenas, as trocas contribuem para a inclusão de diferentes grupos na educação, estimulando também habilidades como empatia e respeito às pluralidades. A Internet, utilizada dessa forma, torna-se espaço para expressar-se e manifestar necessidades, por ser um espaço público de longo alcance. De acordo com Lima in Felinto (2012, p. 56), "A Internet configura-se também como um espaço social privilegiado quanto a trocas simbólicas por permitir a atuação direta dos atores sociais, levando à reprodução de práticas similares à oralidade, que estão a todo tempo permeadas pelo encontro, por troca e partilha".

Ao promover o encontro presencial entre os estudantes, instiga-se a interação e o entendimento mútuo entre os alunos de diferentes realidades, criando-se um espaço de diálogo, respeito e valorização das diversas culturas presentes na escola pública. O encontro oferece aos alunos indígenas a oportunidade de expressarem sua identidade cultural, mantendo vivas as suas tradições e conhecimentos ancestrais. A interação com outros alunos permite aos indígenas sentirem-se valorizados, desenvolvendo sua autoconfiança e empoderamento.

Da mesma forma, o contato dos estudantes do ensino regular com alunos indígenas proporciona um aprendizado sobre a cultura e tradições, gerando respeito e valorização da diversidade cultural. A interação com alunos indígenas estimula a empatia, a capacidade de comunicação e a habilidade de trabalhar em equipe, visando que a diversidade esteja presente em nossa vida diária em todos os espaços que convivemos: escola, lazer, universidade, entre outros. Desenvolve-se, portanto, a partir desse aprendizado a capacidade de desconstrução, competência esta essencial para a vida, conforme explica Moura e Gribl (2012, p. 234) quando explanam sobre essa etapa da vida em que a pessoa está em formação:

> […] é importante apreender a juventude em sua própria diversidade, o que implica não considerá-la a partir de critérios rígidos, e sim observá-la como parte de um processo totalizante que ganha especificidades dentro de conjuntos de experiências vivenciados pelos indivíduos em cada contexto social. Devemos compreender os jovens, antes de tudo, como sujeitos e agentes sociais protagonistas na construção de práticas e conhecimentos significativos.

Na interação entre alunos de culturas diversas, é necessário enfrentar os desafios que poderão acontecer, como as manifestações de preconceitos enraizados e estereótipos; além disso, é fundamental garantir que, ao ocorrer o encontro presencial, este seja inclusivo e respeitoso entre os indivíduos envolvidos no projeto. Para isso, ressalta-se a importância do trabalho prévio que envolve a temática das relações étnico-raciais ser desenvolvido com responsabilidade durante as aulas do curso de informática, visto a necessidade de apresentar ao educando a pluralidade como algo que faz parte do cotidiano e da vida, estudando conceitos, esclarecendo termos e desconstruindo padrões através do conteúdo trabalhado nas aulas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação pública avança em relação ao uso das tecnologias nos últimos anos, sendo de suma relevância que os laboratórios de informática das escolas sejam cada vez mais espaços onde o estudante aprenda o bom uso dos recursos tecnológicos disponíveis, a fim de ampliar seu conhecimento e formação acadêmica; promover cursos de informática básica na escola vem a ser fundamental para que o ensino-aprendizagem acompanhe o processo evolutivo e torne-se significativo na vida do aluno. O laboratório de informática e tecnologias, espaço de aprendizado e conhecimento para os estudantes, é um espaço multidisciplinar que pode instigar neles o conhecimento em relação a diversos temas, inclusive sobre a cultura dos povos originários do Brasil.

Através da promoção da cultura afro-brasileira e indígena por meio do uso das tecnologias disponíveis na escola pública, compreendemos que os indígenas não estão à margem do desenvolvimento tecnológico; atualmente eles estão nas universidades e lugares de destaque, sendo a tecnologia parte do seu dia a dia, visto que a educação das aldeias indígenas do estado do Paraná já acontece com a inclusão digital e tecnológica,

como afirma Petersen *et al.* in Bergamashi *et al.* (2012, p. 192) ao apontar que "[...] os povos indígenas querem escola e lutam por uma escola específica e diferenciada que reconheça as diferenças e, especialmente, a cosmologia de cada povo".

Promover a troca cultural entre os estudantes da escola regular e da escola indígena por meio do uso do e-mail e das redes sociais foi um fator muito relevante para

desconstrução da ideia de que os indígenas vivem de maneira isolada. Da mesma forma, contribuiu para que os estudantes do ensino regular deixassem de lado os estereótipos adquiridos ao longo do tempo em relação à cultura indígena. Conhecendo a realidade escolar e a educação na comunidade Kaingang do município de Palmas através da vivência presencial, os estudantes do ensino regular aprenderam sobre a cultura e o cotidiano da aldeia, na qual se vê que nos últimos anos a tecnologia e o acesso à internet se fazem cada vez mais presentes, mostrando- nos que a preservação da cultura e a inserção da tecnologia podem andar lado a lado.

Possibilitar o encontro presencial entre os estudantes e educadores na escola indígena, a fim de vivenciar o dia a dia em uma aldeia Kaingang contribuiu, entre tantas experiências, com a aquisição de conhecimentos significativos e reais em relação à cultura indígena, promovendo o respeito à diversidade cultural, realizando-se dessa maneira as vivências entre os alunos e educadores das escolas, contribuindo para um futuro onde a inclusão e a diversidade se façam presentes de maneira natural na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCHI, M. A.; ZEN, M. I. Dalla; XAVIER, M. L M. de F. (orgs). **Povos indígenas e educação.** 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

FELINTO, R. (org). **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula.** 1.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 1. ed. São Paulo: Companhia dasLetras, 2019.

MANTOAN, M. T. E. (org). **O desafio das diferenças nas escolas.** 4. ed.Petrópolis, Rj: Vozes, 2011.

MUNDUKURU, D.. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).** 1.ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

PALFREY, J. GASSER, U.. **Nascidos na Era DigitaL:** entendendo a primeira geração de nativos digitais. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

ROJO, R.; MOURA, E. (orgs). **Multiletramentos na escola.** São Paulo:Parábola Editorial, 2012.

CONSULTAS VIRTUAIS

BERGAMASCHI, M. A.; GOMES, L.B. . **A temática indígena na escola:** ensaios de educação intercultural. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/bergamaschi-gomes.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008.

FREIRE, J. R. B. **Cinco idéias equivocadas sobre os índios.** Disponível em: https://pt.slideshare.net/slideshow/cinco-ideias-equivocadassobreindiospalestracenesch-1/40536068. Acesso em: 07 dez. 2025.

LOPES, N.. **E-mail, mais um gênero para ensinar à garotada.** Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/2022/e-mail-mais-um-genero-para-ensinar-a-garotada. Acesso em: 19 set. 2023.

PARANÁ, Agência Estadual de Notícias. **Ensino em comunidades indígenas do Paraná alia tecnologia e saberes tradicionais.** Disponível em: https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Ensino-em-comunidades-indigenas-do-Parana-aliatecnologia-%20e-saberes-tradicionais. Acesso em: 07 dez. 2025.

SANTOS, I. A. da. **Educação para a diversidade:** uma prática a ser construída na Educação Básica. Disponível em: https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/lib/pdfjs/web/viewer.php?ref=24846&search=&order_by=relevance&offset=22968&restypes=&starsarch=&archive=0&per_page=48&default_sort_direction=DESC&sort=DESC&context=Root&k=&curpos=&file=https%3A%2F%2Facervodigital.educacao.pr.gov.br%2Fpages%2Fdownload.php%3Fref%3D24846%26size%3D%26ext%3Dpdf%26page%3D1%26alternative%3D-1%26k%3D%26noattach%3Dtrue. Acesso em: 07 dez. 2025.

TOKARSKI, C. R. *et al.* O **sujeito negro e a educação tecnológica:** potencialidades a partir de aproximações conceituais de Clovis Moura e Andrew Feenberg. Disponível em: http://enfrentamentoaviolencia.pbworks.com/w/file/fetch/99705947/TEXTO%202%20-%20O%20Sujeito%20Negro%20e%20a%20Educacao%20tecnologica.PDF. Acesso em: 23 ago. 2023.